

# A GESTÃO EDUCACIONAL NO SISTEMA ESTADUAL DO TOCANTINS COMO ROTA DE INFLUÊNCIA DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA DA CLASSE DOMINANTE BURGUESA

EDUCATIONAL MANAGEMENT IN THE TOCANTINS STATE SYSTEM AS A ROUTE OF INFLUENCE FOR THE PRIVATE HEGEMONY APPARATUSES OF THE DOMINANT BOURGEOIS CLASS

## Rosilene Lagares

Doutora em Educação, Mestre em Educação e graduada em Pedagogia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia EDUCANORTE - Doutorado em Rede, Universidade Federal do Tocantins. E-mail: [roselagares@uft.edu.br](mailto:roselagares@uft.edu.br)

 0000-0003-2959-5573

## Leonardo Victor dos Santos

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia – PGEDA Associação Plena em Rede – EDUCANORTE/UFT., Mestre em Educação. Graduado em..... [professorleonardoarrais@gmail.com](mailto:professorleonardoarrais@gmail.com)

 0000-0002-1466-8402

## Raimundo Ferreira Rodrigues

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia – PGEDA Associação Plena em Rede – EDUCANORTE/UFT., Mestre em Gestão de Políticas Públicas, Graduado em Pedagogia e Comunicação Social: Jornalismo (UFT) e Artes Visuais (Centro Universitário ETEP / Faculdade FABRAS). E-mail: [professoraimundo@mailuft.edu.br](mailto:professoraimundo@mailuft.edu.br)

 0000-0002-4279-6479

## Geraldo Grossi Junior

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia – PGEDA Associação Plena em Rede – EDUCANORTE/UFT., Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Graduado em Ciências pela Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (1981), Matemática pela Universidade do Oeste Paulista (1999). E-mail: [geraldogrossi@gmail.com](mailto:geraldogrossi@gmail.com)

 0000-0002-8402-2711

Correspondência: Avenida NS 15, ALCNO 14 – Bloco III, Sala 223. CEP: 77001-090. Palmas – TO – Brasil.

Recebido em: 01/04/2024  
Aceito em: 01/09/2024  
Publicado em: 30/11/2024

## RESUMO:

O artigo apresenta resultados de pesquisa tratando do tema gestão educacional e do objeto privatização da gestão educacional no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins

(SEE-TO). Tem por objetivo analisar o fenômeno da privatização da gestão educacional no SEE-TO, a partir da ampliação da influência do poder de inserção dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) da classe dominante burguesa na formulação e implementação da política/gestão educacional, no período de vigência do Plano Estadual de Educação (PEE-TO/2015-2025). Este fenômeno é analisado sob a perspectiva das teses neoliberais. Assentados no materialismo histórico dialético, as fontes são bibliográficas e empírico-documentais. Os principais resultados indicam que até o momento da implementação do PEE-TO, em 2024, os APH, como Instituto Ayrtton Senna, Fundação Lemann, Instituto Sonho Grande, Instituto Corresponsabilidade pela Educação e Instituto Natura, intensificaram sua influência por intermédio de Acordos de Cooperação com a Secretaria Estadual de Educação, direcionando a política e a gestão educacional. Essas parcerias têm refletido a privatização da gestão educacional, colocando em segundo plano o papel da Seduc-TO e reforçando a hegemonia burguesa. Por outro lado, podem ser citados coletivos no Tocantins que vêm atuando para a construção da contra hegemonia na educação, como a Rede ColaborAção Tocantins (RCT), a Anpae, a Anped e o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal (GepeEM), que defendem uma gestão educacional pública, com gestão pública e de qualidade social, em contraposição a tendência privatista e mercadológica. Neste trabalho, foca-se na atuação político-institucional contra hegemônica da RCT.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hegemonia burguesa; Privatização da educação; Plano Estadual de Educação; Estado do Tocantins; RCT.

## Introdução

Este artigo apresenta resultados de pesquisa tratando do tema gestão educacional e do objeto privatização da gestão educacional no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins (SEE-TO), tendo por objetivo analisar o fenômeno da privatização da gestão educacional no SEE-TO, a partir da ampliação da influência do poder de inserção dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) da classe dominante burguesa na formulação e implementação da política/gestão educacional, no período de vigência do Plano Estadual de Educação (PEE-TO/2015-2025). Este fenômeno é analisado sob a perspectiva das teses neoliberais, considerando os APH entidades que “[...] representam os interesses e valores das diferentes classes e segmentos sociais” (Coutinho, 2006, p. 97).

Assenta-se no materialismo histórico-dialético (Evangelista, 2012; Frigotto, 2000), tendo fontes bibliográficas, buscando a relação entre o universal - a partir das orientações neoliberais - e o singular, no caso, a privatização da gestão educacional no SEE-TO, em uma perspectiva de apreensão da totalidade; e fontes documentais, sendo os Acordos de Cooperação entre a Seduc-TO e os Institutos privados, obtidos em levantamento físico junto a Secretaria e virtual em Diários Oficiais do Estado, com vistas “a tratar, analisar, contrapor, desconstruir ou construir uma interpretação dos documentos” (Evangelista, 2012, p. 64).

Compreendemos que este estudo possibilita certa compreensão das dinâmicas que moldam a política/gestão educacional no SEE-TO, que envolvem as complexas relações estabelecidas entre o público, representado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Tocantins (Seduc-TO), e o setor privado, representado pelos APH da classe dominante burguesa como: Instituto Ayrton Senna (IAS) (Tocantins, 2017; 2021); Fundação Lemann (Tocantins, 2018); Instituto Sonho Grande (ISG); Instituto Corresponsabilidade pela Educação (ICE); e Instituto Natura (IN) (Tocantins, 2017; 2021). Estas entidades têm exercido influência no planejamento, assim como a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas/gestão educacionais no Estado.

## O fenômeno da privatização da gestão educacional – do nacional ao local

A população do estado do Tocantins foi estimada em 1.511.460 pessoas (IBGE, 2022), com uma densidade demográfica de 5,45 habitantes por quilômetro quadrado, sendo o 24º mais populoso do País. A unidade federativa possui 139 municípios, organizados em duas mesorregiões, sendo a Ocidental - com oito microrregiões, e a Oriental – com três microrregiões. A mesorregião ocidental é constituída por Araguaína, Bico do Papagaio, Gurupi, Miracema do Tocantins e Rio Formoso e a mesorregião oriental pelas microrregiões de Dianópolis, Jalapão e Porto Nacional (IBGE, 2010).

Em se tratando da Educação Estadual, a partir das análises do catálogo de escolas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2021), do Resumo Técnico do Tocantins – Censo Escolar da Educação Básica (2021), o SEE-TO está organizado da seguinte forma: Secretaria Estadual de Educação (Seduc-TO), criada em 1989; Conselho Estadual de Educação (CEE-TO), instituído em 1995 como um órgão consultivo, normativo e fiscalizador do SEE-TO; Fórum Estadual de Educação (FEE-TO), instituído em 2011; 13 Superintendências Regionais de Educação (SRE); e, aproximadamente, 503 unidades escolares.

Neste Sistema de Ensino, os acordos de cooperação entre a Secretaria e os APH da classe dominante burguesa têm se configurado como processos, mecanismos e estratégias de privatização da gestão da educação, com implicações para a gestão educacional, uma vez que é clara a priorização de modelos de gestão educacional que seguem princípios neoliberais, focando em eficiência, individualismo, competitividade, resultados mensuráveis e a aplicação de práticas gerenciais do setor privado (Santos, 2019).

Santos (2019) destaca que a influência dos APH da classe dominante burguesa na gestão educacional pode levar à adoção de políticas que atendam mais aos interesses do mercado do que às necessidades educativas da população e essa subordinação do setor público aos interesses privados pode resultar em uma educação de menor qualidade e mais excludente.

A relação entre o público e o privado na educação brasileira não é um fenômeno recente, estando historicamente enraizada, uma vez que há registros desse imbricamento e correlação de forças desde a Primeira República, com implicações para consolidação de uma educação efetivamente pública e para

todas as pessoas (Pires, 2015), assim como para a institucionalização do Sistema Nacional de Educação.

A influência dos APH da classe dominante burguesa na gestão educacional é evidente, a exemplo do estabelecimento de Acordos de Cooperação desde os primeiros anos do Século XXI, com destaque para o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Lemann (Santos, 2019). Tais Acordos, a partir da vigência do PEE-TO (2015-2025), tem se intensificado e consolidado, visando a definição, implementação e avaliação das políticas educacionais, frequentemente focando-se na formação de profissionais, como professores, coordenadores pedagógicos e diretores, e abrangendo várias etapas da educação básica, sendo os de maior abrangência e incidência o IAS (Tocantins, 2017; 2021); o Instituto Lemann (Tocantins, 2018); o ISG; o ICE e o IN (Tocantins, 2017; 2021).

Em 2017, a Seduc-TO assinou dois Termos de Acordo de Cooperação, o nº 001/2017 (Tocantins, 2017), com o IAS, com vistas a alcançar as metas 1, 2, 5 e 7 do Plano Nacional de Educação (PNE/2014) (Brasil, 2014); e o nº 02 (Tocantins, 2017), com o ISN, IN e ICE, com vigência de 36 meses, objetivando atingir as metas 3, 6, 7 e 19 do PNE.

A Seduc-TO e o Instituto Lemann pactuaram, em 2018, o Acordo de Cooperação nº 003/2018 (Tocantins, 2018), com o objetivo de promover formação para diretores escolares e coordenadores pedagógicos de 269 Unidades Escolares do SEE-TO.

Em 2021, foram assinados novos Acordos, sendo com o IAS – Programa Volta ao Novo, o nº 13 (Tocantins, 2021), com o objetivo de promover formação das competências socioemocionais, para técnicos da Secretaria, gestores e professores; e nº 06 (Tocantins, 2021) com o ISN, IN e ICE, com vigência de 36 meses, objetivando atingir as metas 3, 6, 7 e 19 do PNE.

Na análise do conteúdo dos referidos Acordos de Cooperação, especificamente, no campo das responsabilidades, compreendemos que tratam-se de rotas de influência para a privatização da educação, uma vez que os institutos privados possuem a propriedade intelectual dos programas e projetos a serem implementados e são protagonistas na definição, implementação e avaliação da política/gestão educacional nas diversas dimensões, cabendo à

Secretaria um papel secundário de apoiar e oferecer as condições necessárias para desenvolvimento das atividades.

Esses Acordos evidenciam a estratégia neoliberal de gerenciar responsabilidades públicas, com a transferência de atribuições do setor público para entidades privadas, como a definição, o planejamento e a implementação das políticas públicas educacionais para a Educação Básica tocantinense, que envolvem: modelo de gestão educacional (sistema) e escolar; formação de diretores, coordenadores e professores; sistematização do trabalho, modelo de acompanhamento e monitoramento; currículo e oferta.

Peroni e Garcia (2020, p. 4) arrematam esse entendimento ao assinalarem que a materialização da privatização da educação pública ocorre nos seguintes aspectos:

quando o setor privado define o conteúdo da educação através da formação de professores, do monitoramento, da gestão escolar, das aulas prontas, da definição de rotinas, enfim, de tudo o que importa para definir qual é o papel da educação na sociedade. Esse processo ocorre também através da definição das pautas educacionais, que chamamos de direção das políticas, como por exemplo pela atuação do movimento Todos pela Educação.

A influência dos institutos privados no SEE-TO tem causado sérias implicações para a política/gestão da educação pública (Santos, 2019), comprometendo princípios constitucionais, como do direito social à educação (Art. 6º da CF/1988; Art. 3º, Inciso XIII da LDB/1996); da gestão democrática do ensino público (Art. 206, inciso VI da CF/1988; Art. 3º - Inciso VII e art. 14, incisos I e II da LDB/1996; PNE 2014-2024, art. 9º); do regime de colaboração (Art. 23, 211 e 214 da CF/1988; LDB, 1996, arts. 7º e 8º; PNE, 2014); pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (Art. 206 - Inciso III da CF/1988; Art. 3º, Inciso III da LDB/1996) e da qualidade da educação (Brasil, 1988, inciso VII; LDB, art. 3º, inciso IX e art. 4º, inciso IX).

No campo de disputa entre a sociedade civil do capital, representada pelos APH da classe dominante burguesa, e a sociedade civil que defende a educação pública há um contraditório manifesto: enquanto a primeira baseia-se na gestão gerencial, a meritocracia, o individualismo, a competitividade o controle por resultados, com a finalidade de negócios e lucratividade; a segunda, em uma

perspectiva contra hegemônica, advoga por uma educação pública, com gestão pública, democrática e participativa, laica, inclusiva, emancipatória, republicana, baseada nos princípios coletivos e universais.

Nessa discussão acompanhamos as ideias Peroni (2015, p. 31):

Entendemos que a relação entre o público e o privado na direção e execução da educação é um processo de correlação de forças, que não ocorre por acaso e que está cada vez mais dando a direção para a política pública. Lutamos por processos democráticos e de justiça social na educação e quanto mais avançamos neste caminho, mais o capital se organiza para retomar o seu papel na educação.

Tais ideias nos alertam para os riscos de uma tendência crescente de subordinação do interesse público aos interesses de mercado, ve que estes APH exercem influência substancial tanto no conteúdo pedagógico quanto na gestão educacional.

Conforme destacado por Peroni (2015), apesar das intenções declaradas de melhorar a qualidade educacional, a influência desses grupos empresariais e instituições financeiras na educação pública deve ser vista com cautela, garantindo que o interesse público prevaleça sobre os interesses privados e que a autonomia pedagógica e a equidade educacional não sejam comprometidas.

É nesse contexto de gestão da política pública no SEE-TO que observamos a educação como espaço de disputa e correlação de forças (Peroni, 2015). Assim, por um lado, como exposto, há APH da classe dominante burguesa atuando para consolidar a sua hegemonia, consoante a ação de sujeitos coletivos como o IAS, Instituto Lemann, ISG, ICE e IN, com ênfase em uma política que valoriza a gestão gerencial, meritocrática e excludente, o controle dos resultados, o individualismo e a competitividade. Por outro lado, em uma perspectiva contra hegemônica, no território do Tocantins, há entidades, associações, grupos de pesquisa e coletivos organizados, reconhecidos neste trabalho, que advogam por uma educação pública, com gestão pública, democrática e participativa, laica, inclusiva, emancipatória, republicana, baseada nos princípios coletivos e universais, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae); o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação

Municipal (GepeEM), da Universidade Federal do Tocantins (UFT); o Programa Interinstitucional Rede Colaboração Tocantins (RCT) (Lagares; Santos, 2022).

### **A construção de atuações contra hegemônicas**

Nesse espaço de disputa e correlação de forças no Tocantins, no campo da educação, foi constituída a RCT, em 2020, no contexto da pandemia do Coronavírus, por pesquisadores e especialistas em política/gestão educação da UFT, membros do GepeEM/Observatório de Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObSPE); por representantes do Ministério Público do Estado do Tocantins, com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) – seccional Tocantins, Associação Tocantinense dos Municípios (ATM) e por secretários municipais de educação, com o objetivo de apoiar as redes e sistemas municipais de educação do Estado do Tocantins na organização da gestão/política educacional e melhoria dos processos de gestão, ensino e aprendizagem (RCT, 2020; Lagares; Santos, 2022). Desde 2021, o Ministério da Educação (MEC), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a financiar a atuação do Programa RCT e, a partir de 2022, a Seduc-TO vem atuando como instituição colaboradora para o desenvolvimento dos programas e projetos.

A RCT é um Programa Interinstitucional de formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação, constituído por representantes de instituições presentes no estado do Tocantins, que têm assumido em regime de colaboração a responsabilidade legal e social para promover e garantir educação pública, com gestão pública, laica, democrática, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada a todos os estudantes da Educação Básica.

Em síntese, seu principal objetivo é apoiar os processos de gestão e institucionalização efetiva de Sistemas Municipais de Ensino/Educação e gestão da prática pedagógica, com vistas à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, por meio da realização dos programas: a) Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação: formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação em política/gestão educacional (PRISME) e do EducaTO.

Segundo o Relatório Parcial PRISME (PRISME/RCT, 2024, p. 8), referente ao período de dezembro de 2023 a junho de 2024, seu objetivo central é:

Assegurar formação continuada, acompanhamento, monitoramento e avaliação em política/gestão educacional, enfocando a gestão democrática; o planejamento da educação municipal; e a institucionalização do sistema municipal de ensino/educação, com vistas a ampliação da capacidade institucional dos sistemas municipais de ensino/educação, a constituição da autonomia e o cumprimento das incumbências educacionais, integrando-se às políticas e planos da União e do Estado.

Em relação ao Programa EducaTO, consta de seu Relatório de ações e resultados, de julho/2024 (EducaTO/RCT, 2024, p. 24) que seu principal objetivo é:

Ofertar apoio às unidades escolares das redes e sistemas municipais de ensino do Estado do Tocantins, por meio de formação continuada, acompanhamento, monitoramento e avaliação da gestão e prática pedagógica, com foco no fortalecimento das aprendizagens relativas à alfabetização, visando a melhoria da qualidade dos processos de gestão, ensino e aprendizagem das redes e sistemas de ensino municipais do Estado Tocantins, que aderirem à Rede ColaborAção Tocantins.

Juntos, tais Programas, compreendendo a educação como espaço de disputa e correlação de forças, e vivenciando o acirramento das contradições e da luta política pela constituição de outras formas de organização do SEE-TO e da educação nos municípios do Tocantins, luta pela construção de atuações contra hegemônicas à luz da perspectiva gramsciana de Estado ampliado, em contraposição às orientações neoliberais com suas pautas privatistas e mercadológicas para a educação pública.

## Conclusões

Ao analisar o fenômeno da privatização da gestão educacional no SEE-TO, a partir da ampliação da influência do poder de inserção dos APH da classe dominante burguesa na formulação e implementação da política/gestão educacional, no período de vigência do PEE-TO/2015-2025, materializada nos Acordos de Cooperação pactuados entre a Seduc-TO e os Institutos privados, reiteramos que esse movimento privatista se encontra conformado como política

pública estadual em consonância com a política neoliberal nacional e internacional.

Nos Acordos de Cooperação, o PEE-TO é utilizado como justificativa para a ampliação do poder de inserção dos APH da classe dominante burguesa na política/gestão educacional, e esse movimento define processos, mecanismos e estratégias de privatização da educação.

No campo de disputa de projetos educacionais distintos, estes APH têm influenciado de forma mais efetiva a definição da política/gestão educacional do SEE-TO, evidenciado a subordinação da Seduc-TO às entidades privadas para a formulação e implementação de políticas educacionais, o que vem acarretando o enfraquecimento da autonomia do estado na gestão de seu sistema educacional.

A privatização da gestão educacional no Tocantins perpassa por complexas dinâmicas de poder e influência que moldam o sistema educacional no estado. Contudo, é necessário mencionar que, mesmo com a recorrência dessas organizações privatistas, que representam os interesses da classe dominante burguesa, há outros coletivos que contestam essas parcerias, como os coletivos organizados que têm ocupado espaços de destaque na agenda educacional no estado do Tocantins e no país.

## Referências

- COUTINHO, Carlos Nelson. O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. cap. 5. p.173-200. Disponível em: [https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO\\_5.pdf](https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO_5.pdf). Acesso em: 10 out. 2020.
- EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (Orgs.). *A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais* - Campinas-SP: Alínea, 2012: Editora Alínea, p. 51-71, 2012.
- LAGARES, Rosilene. *Gestão da educação: validação das ações administrativas e pedagógico-curriculares e finalização do ano letivo de 2020*. RCT. Palmas - TO: UFT/Proex. 2020. Documento digitalizado.
- LAGARES, Rosilene; SANTOS, Leonardo Victor. *Pedagogia Histórico-Crítica e Formação Docente*. EDUCA - REVISTA MULTIDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, v. 9, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/Acesso> em: 31 ago. 2022.
- PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da relação público-privado para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera Maria Vidal. *Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

- PERONI, V.; CAETANO, R. *O público e o privado na educação Projetos em disputa?* Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/>. Acesso em: 20 mai. 2018.
- PIRES, Daniela de Oliveira. *A Construção Histórica da Relação Público-Privada na Promoção do Direito à Educação no Brasil*. 2015. 264f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/117781>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS (RCT). *Relatório de ações e resultados do EDUCATO*. Programa EDUCATO. Palmas – TO: PRISME/RCT, Julho/2024.
- REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS (RCT). *Relatório parcial PRISME: Dezembro/2023 – Junho 2024*. Palmas – TO: PRISME/RCT, Junho/2024.
- REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS (RCT). *Formação, acompanhamento e avaliação – Projeto Gestão da Crise Educacional originada pela Pandemia da Covid-19 nas Redes e Sistemas Municipais de Educação do Tocantins*. Palmas, Tocantins, 2020.
- SANTOS, Leonardo Victor dos. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Tocantins. *Privatizações na Educação Básica no Tocantins: parcerias público-privadas x regime de colaboração público-público*. Palmas, Tocantins, 2019.
- TOCANTINS. Assembleia Legislativa. *Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015*. Aprova o Plano Estadual de Educação 2015-2025, Palmas, TO, 2015. Publicada no Diário Oficial nº 4.411.
- TOCANTINS. *Acordo de Cooperação nº 001/2017, celebrado entre Seduc-TO e Instituto Ayrton Senna, para os fins especificados*. Palmas - TO, 2017.
- TOCANTINS. *Acordo de Cooperação nº 02/2017, celebrado entre Seduc-TO e Instituto Sonho Grande, o Instituto Natura e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, para os fins especificados*. Palmas - TO, 2017.
- TOCANTINS. *Termo de Cooperação Técnica nº 003/2018* celebrado entre Seduc-TO e o Instituto Lemann, para os fins especificados. Palmas, TO, 2018.
- TOCANTINS. *Acordo de Cooperação nº 06/2021, celebrado entre Seduc-TO e Instituto Sonho Grande, o Instituto Natura e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, para os fins especificados*. Palmas – TO, 2021.
- TOCANTINS. *Acordo de Cooperação nº 13/2021, celebrado entre Seduc-TO e o Instituto Ayrton Senna, para os fins específicos*. Palmas - TO, 2021. Disponível em: <https://elevaplataforma.com.br/dos>. Acesso em: 10 jul. 2024.

**ABSTRACT:**

The article presents research results on the topic of educational management, specifically focusing on the privatization of educational management in the State Education System of Tocantins (SEE-TO). The objective is to analyze the phenomenon of privatization of educational management in SEE-TO, considering the increased influence of the insertion power of Private Hegemony Apparatuses (PHA) of the bourgeois ruling class in the formulation and implementation of educational policy/management during the validity period of the State Education Plan (PEE-TO/2015-2025). This phenomenon is analyzed from the perspective of neoliberal theses. Based on historical-dialectical materialism, the sources are bibliographical and empirical-documentary.

The main results indicate that, up to the implementation of PEE-TO in 2024, the PHAs, such as Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, Instituto Sonho Grande, Instituto Corresponsabilidade pela Educação, and Instituto Natura, intensified their influence through Cooperation Agreements with the State Department of Education, directing educational policy and management. These partnerships have reflected the privatization of educational management, sidelining the role of Seduc-TO and reinforcing bourgeois hegemony. On the other hand, there are collectives in Tocantins, such as the Rede Colaboração Tocantins (RCT), Anpae, Anped, and the Group for Study, Research, and Extension in Municipal Education (GepeEM), that have been working towards building counter-

hegemony in education. These groups advocate for public educational management with social quality, opposing the privatist and market-oriented trend. This work focuses on the political-institutional counter-hegemonic actions of the RCT.

**KEYWORDS:** Bourgeois hegemony; Privatization of education; State Education Plan; State of Tocantins; RCT.

#### RESUMEN:

El artículo presenta resultados de investigación sobre el tema de la gestión educativa y el objeto de la privatización de la gestión educativa en el Sistema Estatal de Enseñanza de Tocantins (SEE-TO). Su objetivo es analizar el fenómeno de la privatización de la gestión educativa en el SEE-TO, a partir de la ampliación de la influencia del poder de inserción de los Aparatos Privados de Hegemonía (APH) de la clase dominante burguesa en la formulación e implementación de la política/gestión educativa, durante el período de vigencia del Plan Estatal de Educación (PEE-TO/2015-2025). Este fenómeno se analiza desde la perspectiva de las tesis neoliberales. Basado en el materialismo histórico dialéctico, las fuentes son bibliográficas y empírico-documentales. Los principales resultados indican que hasta el momento de la implementación del PEE-TO, en 2024, los APH, como el Instituto Ayrton Senna, Fundación Lemann, Instituto Sonho Grande, Instituto Corresponsabilidad por la Educación e Instituto Natura, intensificaron su influencia a través de Acuerdos de Cooperación con la Secretaría Estatal de Educación, orientando la política y la gestión educativa. Estas asociaciones han reflejado la privatización de la gestión educativa, relegando a un segundo plano el papel de la Seduc-TO y reforzando la hegemonía burguesa. Por otro lado, se pueden citar colectivos en Tocantins que han estado trabajando para la construcción de la contra hegemonía en la educación, como la Red ColaborAção Tocantins (RCT), la Anpae, la Anped y el Grupo de Estudio, Investigación y Extensión en Educación Municipal (GepeEM), que defienden una gestión educativa pública, con gestión pública y de calidad social, en contraposición a la tendencia privatista y mercantilista. En este trabajo, se enfoca en la actuación político-institucional contra hegemónica de la RCT.

**PALABRAS CLAVE:** Hegemonía burguesa; Privatización de la educación; Plan Estatal de Educación; Estado de Tocantins; RCT.